



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141396 - SC (2021/0011215-1)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : ANDREIA MOISES PAES  
**ADVOGADO** : PAULO HENRIQUE BEREHULKA - PR035664  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDREIA MOISES PAES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5040875-83.2020.8.24.0000).

A recorrente foi denunciada pela suposta prática do crime tipificado no art. 2º, inciso II, da Lei n. 8.137/1990.

Sustenta que a decisão que recebeu a denúncia carece de fundamentação idônea e que a acusada teria aderido a programa de parcelamento de crédito tributário, razão pela qual a ação penal deveria permanecer suspensa até o cumprimento da obrigação tributária.

Requer, liminarmente e no mérito, a suspensão da ação penal originária até o cumprimento da obrigação tributária ou, subsidiariamente, a declaração de nulidade da decisão que recebeu a denúncia e de todos os atos processuais subsequentes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. Eis a fundamentação do *decisum* recorrido, na qual não se observa teratologia ou ilegalidade (fls. 4304-4305):

Tratando-se o recebimento da denúncia de despacho de natureza interlocutória, desprovido de conteúdo decisório, prescindível a fundamentação nos termos do disposto no art. 93, inc. IX, da Constituição Federal, conforme decisão do colendo Superior Tribunal de Justiça no RHC 128.050/PR, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 25/08/2020, DJe 31/08/2020.

[...]

A alegação de que a ação penal deveria ser suspensa, uma vez que a denunciada teria aderido a programa de parcelamento do crédito tributário, razão pela qual se deveria aguardar o cumprimento da obrigação junto à Fazenda Estadual tampouco comporta acolhida.

A notificação fiscal diz respeito a débito tributário do contribuinte 'Sky Comércio do Vestiário e Calçados Eireli ME', em razão do não recolhimento de ICMS por ele declarado em DIME (Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico) em relação aos meses de janeiro, fevereiro e junho de

2015.

Agora a referida dívida ativa está sujeita ao parcelamento n. 201100185283, o qual se encontra ativo, sendo a adesão firmada em 28.09.2020 (evento 1, out4).

Contudo, em que pese o pedido da defesa de suspensão da ação penal em razão da dívida fiscal estar incluída no mencionado regime de parcelamento, extrai-se da nova redação do §2º do art. 83 da Lei 9.430/96 que "É suspensa a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos no caput, durante o período em que a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no parcelamento, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal."

Desse modo, tendo em vista que a adesão ao parcelamento (28.09.2020) é posterior ao recebimento da denúncia (22.06.2017), inviável a suspensão da pretensão punitiva Estatal, conforme vedação legal supramencionada, incluída pelo art. 6º 2 da Lei 12.382/11.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência